NAS SENDAS DO DISCURSO: SENTIDOS POSTOS PELA NOMEAÇÃO DO DEFICIENTE/DA DEFICIÊNCIA

OLIMPIA MALUF-SOUZA¹, PATRÍCIA APARECIDA DA SILVA²,
WELLINGTON MARQUES DA SILVEIRA³

Universidade do Estado de Mato Grosso
Av. São João, s/n – Cavahada, 78200-000, Cáceres, MT, Brasil

olimpiamaluf@gmail.com, patriciarogeriofilho@gmail.com,
wellington.unemat-letras@hotmail.com

Resumo. A tomada discursiva da história da deficiência/do deficiente nos permite compreender que, desde a era medieval aos dias atuais, o deficiente foi tomado por dois funcionamentos: o da rejeição e eliminação sumária, de um lado, e o da proteção assistencialista e piedosa, de outro. Esses funcionamentos, que instalaram sentidos de segregação e de abandono, marcaram o deficiente/a deficiência como lugar da incapacidade e da incompetência, o que lhe produziu um processo histórico de nomeações. Nesse estudo, recortamos essas nomeações dando visibilidade aos efeitos histórico-ideológicos produzidos pelos modos de designação do deficiente/da deficiência, adotando os princípios e procedimentos da Análise de Discurso – iniciada, nos anos 60, por Michel Pêcheux, na França, e ampliada por Eni Orlandi, no Brasil – como teoria norteadora da nossa análise.

Palavras-chave: nomeações; discurso; efeitos de sentido; sujeito deficiente.

Abstract. The discursive approach of the disability/disabled person's history allows us to comprehend that, from the medieval era to the actual contexts, the disabled person was taken by two functions: that of rejection and summary elimination, on the one hand, and that of welfare and pious protection, from another. These functions, which established meaning of segregation and abandonment, marked the disability/disabled person as a place of incapacity and incompetence, which produced a historical process of naming. In this study, we cut these naming by giving visibility to the historical-ideological effects produced by the modes of designation of the disabled people, adopting the principles and procedures of Discourse Analysis – initiated in the 1960s, by Michel Pêcheux, in France, and expanded by Eni Orlandi, in Brazil – as the guiding theory of our analysis.

Keywords: naming; discourse; meaning effects; disabled person.

¹ Doutora em Linguística pela Unicamp e docente na UNEMAT (Cáceres-MT), onde atua na graduação e na pós-graduação.

² Mestre em Estudos Linguísticos pela Unemat, onde atua como docente desde 2017.

³ Mestrando em Estudos Linguísticos pela Unemat.

Os séculos XVII e XVIII foram anos de mudança em vários níveis, pois se iniciou um novo período de atitudes filosóficas e antropológicas, principalmente pelo aparecimento das teses humanistas e iluministas, que proporcionaram um novo modo de olhar para a deficiência. Dessa maneira, o campo das ciências medievais, que se sustentavam na lógica formal, cedeu lugar às novas concepções, baseadas na razão.

Segundo Silva (2015), a Idade Média caracterizou-se como um período de controvérsia para a pessoa com deficiência, que ficava invariavelmente sujeita às oscilações da sociedade, ora sendo acolhida piedosamente, ora sendo sujeita aos maus tratos. A visão supersticiosa vigente colaborou para a ameaça, a perseguição e, até mesmo, para a eliminação dos deficientes durante o período da Inquisição, pois havia uma relação causal entre demonologia e anormalidade. Assim, os deficientes eram julgados, perseguidos e, muitas vezes, assassinados em razão de acreditarem que possuíam espíritos maléficos⁴.

Desse modo, vimos, de acordo com Souza (2014), a deficiência/o deficiente oscilar, na Idade Média, entre um período de abandono/rechaço e, de outro lado, de um assistencialismo generalizante, pois era visto pela sociedade como um desígnio e uma vontade divina de punição.

Posteriormente, no Renascimento, o deficiente/a deficiência passou a conviver nas cidades, em nome da *integração*, que era assistida, um ato de piedade. Desse modo, por não conseguir independência, precisava ser tutelado pela família ou responsável legal. A fase de mendicância, de dependência do sujeito deficiente, de apartação dos seus direitos sociais, deu origem à fase da *inclusão*, na qual o Estado, representando os direitos dos cidadãos, deveria assegurar ao deficiente a ampla inserção social. Assim, podemos afirmar que, da Idade Média aos dias atuais, muitas mudanças ocorreram em relação aos direitos das pessoas com deficiência, que saíram da fase do abandono, passando pela da integração e chegando à da inclusão.

Pensando nos processos histórico-ideológicos de constituição do deficiente/da deficiência, a Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados⁵ publicou um importante artigo, de autoria de Sasaki⁶, a respeito da discussão sobre a nomenclatura a ser adotada para o tratamento dessas pessoas, a partir dos diferentes momentos de sua constituição atual. Assim, considerando que as discussões acerca de um nome para o sujeito deficiente são intermináveis, o autor questiona: “Qual é o termo correto – portador de deficiência, pessoa portadora de deficiência ou portador de necessidades especiais?”.

⁴ De acordo com Carvalho-Freitas (2007), a prática com o deficiente/a deficiência passou por um período de exposição pública – quando, dependentes da compaixão e caridade humanas, eram expostos como *bobos da corte* –; por um período de acolhimento – quando o deficiente era visto como detentor de poderes míticos, capazes de afastar os efeitos de feitiçaria e de mau olhado ou as epidemias –; por um período, na Idade Média, em que foi exterminado, pela inquisição – quando o associavam à revelação do pecado –; e, posteriormente, pela prática assistencialista, desecadeada pela própria Igreja Católica, que, num gesto de reparação, passou a acolhê-lo em mosteiros e conventos. Disponível em www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/tese_maria_nivalda.pdf. Acesso em 20 out. 2017.

⁵ Os pacientes ostomizados são aqueles que, por serem portadores de doenças crônicas degenerativas ou por algum outro motivo, são submetidos a uma cirurgia que exterioriza alguma parte de órgãos internos, como os que possuem bolsas para depositar fezes ou urina ou os traqueostomizados, que respiram através de cateter ou sonda.

⁶ Disponível em <http://diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=3432>. Acesso em 21 jul. 2015.

Segundo Sassaki (2013), responder a esta pergunta parece uma questão simples, mas demanda cuidados enormes, pois à medida que leis e decretos são criados/mudados o processo de nomeação do sujeito deficiente, enquanto tentativa de incluí-lo socialmente, se altera/se modifica. Por essa razão, em cada época, são utilizados termos cujos significados são compatíveis com os valores vigentes, pois, quando uma dada sociedade evolui, desenvolve-se também o relacionamento e, conseqüentemente, a forma de tratamento das pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência. Vejamos, a partir de Sassaki (2013), o trajeto de constituição da nomeação da deficiência/do deficiente:

Tabela 1. Nomeação da deficiência (SASSAKI, 2013).

Período	Nomeação	Característica(s)
Começo da história	“inválidos”	Indivíduos sem valor
Século 20 até meados de 1960	“incapacitados”	Indivíduos sem capacidade e, mais tarde, “indivíduos com capacidade residual”
Década de 50 – Surgimento das APAEs ⁷	“excepcionais”	Indivíduos com deficiência intelectual
Final da década de 50 – Fundação das AACDs ⁸	“deficientes”	Indivíduos com deficiência
1960 até 1980, aproximadamente	“defeituosos”	Indivíduos com deformidades
1981 até 1987, aproximadamente	“pessoas deficientes”	O substantivo “deficiente” passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado um substantivo “pessoas”. A partir de 1981, substituiu o substantivo “indivíduo”, dando lugar à expressão “pessoas com deficiência”.
1988 até 1993, aproximadamente	“pessoas portadoras de deficiência”	Termo utilizado somente em países de língua portuguesa, sendo proposto para funcionar em substituição ao termo “pessoas deficientes”.
Aproximadamente 1990 até hoje	“pessoas com necessidades especiais”	Termo utilizado em substituição à palavra “portadora”, considerada inadequada.
Junho de 1994	“pessoas com deficiência”	Termo considerado politicamente correto e em uso.

Vejamos, pois, que é longa a tentativa de nomear o deficiente, enquanto uma forma de fugir ao caráter pejorativo, ideologicamente associado ao nome, contudo, dos primórdios da história de nomeação aos dias atuais, a tentativa de renomear não apagou da deficiência/do deficiente o caráter histórico-ideológico de exclusão e de aparação social.

⁷ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

⁸ Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD.

Sassaki (1997) afirma ainda que, decorrendo do processo histórico de nomeação, a educação de pessoas com deficiência passou por quatro fases: *exclusão*, *segregação* (ou *separação*), *integração* e *inclusão*. Em concordância com o autor, Beyer (2006) elabora um gráfico viso-verbal que dá visibilidade aos modos como cada etapa do processo de educação de pessoas com deficiência (a exclusão, a segregação ou separação, a integração e a inclusão) aconteceu/acontece na história da Educação Especial, no país:

Gráfico 1. Processo de aproximação dos deficientes com a Escola Regular (BEYER, 2006)⁹.

Ambos os autores consideram a *exclusão* como parte constituinte da história da educação da pessoa com deficiência, desse modo, pensar as possibilidades para a educação desse público implica em analisar o estado de *exclusão* escolar e social em que permaneceram/permanecem essas pessoas, ao longo da história. Assim, a compreensão da ideologia que conformou/conforma o momento histórico da exclusão permite compreender as fases seguintes – a *separação*, a *integração* e a *inclusão* – visto que todas funcionam como tentativas de reverter os efeitos históricos da *exclusão*.

Apesar de considerarmos as fases de inserção do deficiente nas escolas um assunto de elevada relevância, no presente estudo nossa preocupação é a de tentar compreender o processo de nomeação.

O ato de nomeação é discutido por Guimarães (2005), pelo viés da Semântica do Acontecimento, em que o processo de nomeação de pessoas, classes e até de lugares está relacionado à história da sociedade e, por isso, são carregados de sentidos que produzem

⁹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>. Acesso em 20 out. 2017.

significações: ora marcadas por momentos gloriosos, ora por um cunho de preconceito e de rechaço. Desse modo, não há como falar da história de um nome sem falar da história em que o nome se dá como nome, tendo em vista que o modo de nomear, o agenciamento enunciativo específico da nomeação é o elemento constitutivo da designação de um nome. Nessa relação, os efeitos de sentidos, marcados pela memória destes nomes, tornam mais intensos os discursos que atravessam a enunciação que nomeia.

Nesse entendimento, o autor estabelece a distinção entre o que seja o processo de nomeação e o de designação: “[...] a *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome e a *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome” (GUIMARÃES, 2005, p. 09). Assim, o processo de nomeação se dá nos espaços de enunciação que “[...] são espaços de funcionamento de língua, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (*idem, ibidem*). Para o autor (*idem*, 2002, p. 41-42),

[...] o agenciamento da enunciação de nomeação de alguém, por um nome próprio, estabelece uma relação de inseparabilidade do nome e da pessoa nomeada pelo vínculo do acontecimento que nomeia à pessoa nomeada. E este vínculo se projeta para todas as enunciações futuras do nome, é um futuro para sempre próprio do acontecimento da nomeação. É esta futuridade que acompanha todo funcionamento de um nome próprio, e dá a ele esta capacidade particularizadora.

Tal como propõe o autor, a questão da nomeação do sujeito deficiente, pelo viés discursivo, se faz em razão de um modelo capitalista vigente, que exclui aqueles que não correspondem às leis mercadológicas de produção e de consumo. Assim, o funcionamento presente no processo de nomeação é posto, marcadamente, em um primeiro momento, sobre o déficit, a perda, a falta¹⁰, o a menos – *inválido; incapacitado; defeituoso; deficiente* – para a consideração, apenas no nome, do deficiente como pessoa – *pessoa deficiente; pessoa portadora de deficiência; pessoa com necessidades especiais; pessoa com deficiência; pessoa portadora de direitos especiais*, em um segundo momento. Em outras palavras o que Guimarães (2002) propõe, a partir de um *memorável* da nomeação, na Análise de Discurso diz da memória discursiva que, acionada, pela relação da língua com a história, coloca em funcionamento processos histórico-ideológicos de nomear o deficiente/a deficiência.

Sendo assim, nomear tem um funcionamento que coloca, segundo Orlandi (2007, p. 15), as palavras para falar com outras palavras, pois não estamos nelas para descrevê-las ou para falarmos dos seus “conteúdos”. Podemos passar da palavra à imagem (relação do verbal com a metáfora) e da palavra ao jogo (passagem mais radical), que faz com que o silêncio entre na ordem do dizer:

[...] nessa dimensão do significar, como jogo de palavras, [...] importa mais a remissão das palavras para as palavras – desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos “conteúdos” –, que o silêncio faz sua entrada. O não-um (os muitos sentidos), o efeito do um (o

¹⁰ Tomamos a *falta* como um significante que, aos modos como a Análise de Discurso e a Psicanálise o concebem, se instala como constitutivo do sujeito e dos sentidos, ou seja, como algo que instala a própria noção de sujeito e, conseqüentemente, de sentido. Diferentemente da noção empírica de falta, que, instalada pelo discurso capitalista, reduz o sujeito à condição de produção e de consumo.

sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação.

Desse modo, dizer o deficiente pela *falta* é reduzi-lo à condição de limitação que a deficiência lhe impõe, fazendo silenciar qualquer outra potencialidade como a capacidade de sentir, de dar e de receber amor, de fazer julgamentos ou juízos de valor etc., ou seja, é tomá-lo como coisa¹¹, como objeto faltoso, desprovido de qualquer sentimento. Por outro lado, ao dizê-lo como *pessoa*, produz-se um amplo silenciamento sobre a deficiência e o que ela demanda, além de produzir efeitos de uma inclusão, de um pertencimento que não se verifica de fato.

Pelo dizer da autora, podemos afirmar que o deficiente, pelo processo de nomeação, foi tomado, em um primeiro momento, como um *efeito do um*, que tem um sentido literal – daquele que não se sustenta, daquele que não possui, daquele que não é e que não tem e que, portanto, não faz parte – para um *efeito de (in)definição* com as formações discursivas que o dizem, podendo, enquanto “pessoa”, ser santo ou demônio, ser bom ou mal, ser aceito ou rechaçado etc. Todos esses funcionamentos são efeitos da nomeação que não consegue apagar, no entanto, as condições constitutivas de ser deficiente dentro dos modos de produção capitalista.

Nessa direção, a (re)nomeação como “pessoa” silencia toda a história de rechaço, ao mesmo tempo em que a faz funcionar, de modo sutil, subliminar, mas não menos insidioso, pois ao se retirar, apenas do nome, a condição de deficiente, de sujeito faltoso, essa deficiência, essa falta se exacerba como impossibilidade, como empecilho, como estorvo, embora tudo esteja transvestido pelo simulacro da aceitação, do amor e da ilusão do pertencimento. O deficiente não é mais tomado pela falta, uma vez que é tomado como “pessoa”, como sujeito que pertence, como sujeito de direitos e deveres, contudo, ao (re)nomeá-lo, ao igualá-lo é colocado sobre seus ombros a responsabilidade, antes de governos e governantes, pelo seu sucesso ou fracasso.

O processo de renomear é, pois, um movimento que atende aos modos de instituição do capitalismo, visto que, por um jogo perverso de significações, o que se encobre, o que se simula pela renomeação é o caráter destrutivo, depreciativo e negativo da condição. Dessa forma, o ato de (re)nomear parece retirar do deficiente ou da deficiência, qualquer que seja ela, o caráter de rechaço, de marginalização, de perda, de falta que os significaram/significam. Renomear nos modos de produção capitalista tem propósitos, portanto, de um acobertamento do caráter nefasto da deficiência/do deficiente, subsumidos pelo engodo do “conteúdo”, dos resultados, pois o que se silencia ao dizê-lo como “pessoa” é, mais uma vez, a sua condição de pessoa.

Nesses modos de produção, renomear é colocar, então, viseiras nos olhos do próprio deficiente e de toda a sociedade, pois o deficiente, ao ser tomado como sujeito-

¹¹ Valemo-nos do conceito marxista de coisificação ou reificação, desenvolvido por Lukács (1989), que designa uma forma particular de alienação, característica do modo de produção capitalista. Com relação ao deficiente, os princípios de alteridade, dignidade, autonomia e emancipação, propostos pelo processo de inclusão, são subsumidos pelo funcionamento da sociedade capitalista, que coisifica e reifica os sujeitos, especialmente os deficientes, enquanto modos de materialização do preconceito que ainda marca a relação da sociedade com a pessoa com deficiência. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100024&script=sci_arttext. Acesso em 20 out. 2017.

de-direito, passa a viver o simulacro do pertencimento, e a sociedade, ao ser capturada pelos sentidos da palavra “pessoa”, isenta-se de qualquer culpa, de qualquer compromisso com o deficiente, afinal, ele agora é sujeito-de-direito.

É pela articulação da língua com a história que se coloca em visibilidade as condições de produção do processo de (re)nomeação, o que possibilita ao analista dar a conhecer o trabalho da ideologia, pois, ao dizer o deficiente como pessoa, a ideologia que aí se estabelece apaga a deficiência e com ela o sujeito que a carrega. Nas palavras de Orlandi (2007, p. 20),

a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação.

Se, tal como a Semântica, considerássemos apenas a história temporal, teríamos, então, dois momentos distintos na história de constituição do deficiente/da deficiência: um em que o deficiente é tomado pela deficiência e o outro em que ele passa a ser considerado como pessoa.

Para a Análise de Discurso, porém, mais que dizer dos momentos históricos, o que interessa são os efeitos histórico-ideológicos produzidos por essas duas formas de nomear, que, como vimos mostrando, não conseguem apagar, pela simples nomeação, a história e a ideologia capitalista que conformam esses sujeitos. Dito de outro modo, nem toda a tentativa histórica de renomear apagou/apaga da deficiência/do deficiente os sentidos de sua constitutividade: a constituição pela falta, que não lhe permite alçar o estatuto de sujeitos-de-direito, pois, podem até produzir, mas dificilmente o farão de modo a se tornarem competitivos, como requer o modelo de mercado capitalista.

Em uma palavra, o que nos distancia da Semântica é o fato de tomarmos em consideração a *ideologia*, que interpela todo indivíduo em sujeito. Desse modo, nomear o deficiente como *pessoa* não lhe assegura, em nenhum momento da história, a condição de produção e de consumo (im)posta pelo sistema capitalista e pelos ditames do mercado, que daí decorrem.

Pêcheux e Gadet (1988, p. 160) discutem sobre o poder e a eficácia da ideologia:

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram. [Trata-se da] [...] ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Nesta concepção, o deslocamento do que era antes colocado na condição individual de um sujeito faltoso, empírico no mundo para o de pessoa, que traz os sentidos de cidadania, portanto, de direitos e de deveres não apaga do deficiente/da deficiência toda a carga negativa de seus modos de constituição. Esses deslocamentos no nome coincidem com as tentativas de incluir o deficiente/a deficiência no mercado de trabalho, acreditando que, com isso, passem à condição de sujeitos autônomos, independentes, ou

seja, que, a partir da nomeação, os deficientes passem a se constituir como sujeitos-de-direito, que trabalham, que pagam impostos etc.

No entanto, para que tais *pessoas* fossem empregadas, foi necessário fazê-lo através da força da lei que, em troca do favorecimento na cobrança de impostos aos estabelecimentos empregadores, passaram a impor ao mercado de trabalho a presença estranha, anômala, incomodativa do deficiente/da deficiência. Assim, saíram do ostracismo segregador para a aparição pública em estabelecimentos comerciais, despertando no o(O)utro¹² efeitos de repulsa ou de assistencialismo.

São modos de silenciar o deficiente/a deficiência, falando deles, pois, Orlandi (2007, p. 67), ao teorizar sobre a força e a eloquência do silêncio, afirma-o não como uma ausência de palavras, mas como sendo materializado pelas/nas palavras, pois, para a autora, as palavras

[...] são carregadas de silêncio. Não se pode excluí-lo das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização. Consideramos a tradução do silêncio em palavras como uma relação *parafrástica*. A “legibilidade” do silêncio nas palavras só é tornada possível quando consideramos que a materialidade significativa do silêncio e a da linguagem diferem e que isso conta nos distintos efeitos de sentido que produzem.

Dessa maneira, é nas palavras da Lei¹³ que o silêncio se diz, pois, ao ser imposto, ao ser inserido no mercado, silenciou-se toda a forma de rechaço ao deficiente, que passou a estar no mercado, sem, contudo, pertencer a ele. Ou seja, o deficiente só está no mercado de trabalho porque as empresas foram obrigadas a contratá-los, assim, é pela força da Lei que o mercado emprega a deficiência e é para fugir das altas sobretaxações que o comércio admite o deficiente/a deficiência, até para além do mínimo obrigado pela legislação¹⁴.

O funcionamento do silêncio, pelo dizer da Lei, só se torna possível quando tomamos em questão “[...] a não transparência da linguagem, o descentramento do sujeito e a relação complexa da língua – capaz de falhas – com sua exterioridade, o interdiscurso: ‘algo fala antes, em outro lugar, independentemente’” (PÊCHEUX, 1975 *apud* ORLANDI, 2012, p. 129).

Desse modo, o silêncio é resultado de um efeito ideológico que ajunta, ao mesmo tempo, memória e esquecimento, que “[...] são inseparáveis, ligando no processo

¹² Nesta forma de grafar o (O)utro queremos fazer funcionar, ao mesmo tempo, o outro (com o minúsculo), enquanto uma instância social, e o Outro (com o maiúsculo), enquanto instância da alteridade (que é da ordem da Lei e da Cultura), que constitui e instala o outro. Essa forma de grafar o sujeito, formulada por Lacan (1988), estabelece relação com a noção de *Interdiscurso*: “[...] todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

¹³ Trata-se da Lei 8213/91 que prevê que empresas com mais de 100 empregados são obrigadas a preencher entre 2% a 5% dos cargos com pessoas portadoras de deficiência, assim, quando a empresa que exceder as cotas terá, como benefício, descontos na contribuição previdenciária.

¹⁴ Atualmente, a Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 5461/13, da deputada Rosinha da Adefal (PT do B-AL), que reduz em até 5% a contribuição previdenciária de empresas que contratarem trabalhadores com deficiência. O desconto será de 0,1% por trabalhador contratado, limitando-se ao desconto máximo de 5%. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 15 mar. 2015.

discursivo o dizer e o não-dito, o dito e o já-dito, como efeitos materiais” (*idem, ibidem*). Essa constatação foi assumida por Pêcheux (1983) como sendo um resultado, um efeito de uma negociação entre, de um lado, um acontecimento histórico singular e, de outro, o dispositivo complexo da memória.

É, pois, o resultado do trabalho da ideologia, que, instalada por um efeito ideológico, marca/divide o sujeito levando-o a tomar o seu dizer como único e literal, contudo, há falhas, há rupturas no dizer, pois o discurso, associado à memória, produz também o novo, o diferente, ou seja, sentidos outros.

Assim, é pelos esquecimentos do sujeito, que vemos materializar os efeitos ideológicos, que Pêcheux (1995, p. 173) define, como *Esquecimento nº 1* e *nº 2*, respectivamente:

[...] dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. [...] [remete], por analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior [...] [que] determina a formação discursiva em questão. [...] todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Ou seja, o esquecimento 1 é da ordem da ideologia e, portanto, chega ao sujeito pela instância do inconsciente, dando-lhe a ilusão de ser a origem do dizer. Em outras palavras, o sujeito tem uma ilusão necessária de que o dizer começa nele, como se não houvesse um interdiscurso, uma memória do dizer, da qual retoma sentidos preexistentes, o já-lá dos sentidos que, na relação da língua com a história, são apagados como já-ditos e instalados como originados naquele que formula. Por outro lado, o esquecimento 2 diz da ilusão referencial do sujeito que, ao formular, acredita que o sentido é sempre dado pela intenção do falante, ou seja, que a linguagem é transparente e que há, portanto, uma relação direta entre pensamento, linguagem e mundo.

Dessa maneira, são esses esquecimentos que produzem, por um efeito ideológico, a eficácia do discurso jurídico, pois as Leis parecem assegurar, de modo claro, inequívoco e objetivo, os direitos assegurados aos deficientes. Vejamos, pois, esse funcionamento no Decreto 129, de 22 de maio de 1991¹⁵, promulgado para informar o que é a deficiência/o deficiente e os direitos que passam a adquirir, a partir da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

Artigo 1

1) Para efeitos desta Convenção, entende-se por “pessoa deficiente” todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada.

¹⁵ O referido Decreto acata a Convenção 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Reabilitação Profissional e sobre o Emprego de Pessoas Deficientes.

- 2) Para efeitos desta Convenção, todo País-Membro deverá considerar que a finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim, a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade.
- 3) Todo País-Membro aplicará os dispositivos desta Convenção através de medidas adequadas às condições nacionais e de acordo com a experiência (costumes, usos e hábitos) nacional.
- 4) As proposições desta Convenção serão aplicáveis a todas as categorias de pessoas deficientes.

O Decreto não só informa, mas didatiza a relação do deficiente com o mercado de trabalho, pois, menos que competência, que autonomia, que independência trabalhista, os deficientes passam, a partir do dispositivo, a ser “empregados” no mercado em razão de uma obrigação legal, imposta pela OIT, que barganhou, em contrapartida, descontos nas cargas tributárias das agências empregadoras. Assim, não houve um reconhecimento social de que o deficiente era “pessoa”, mas aceitá-lo como tal passou a ser um modo de acatar deveres – pela imposição legal feita ao comércio – que obteve, como ganho, a amenização das altas taxas de impostos brasileiras.

Os efeitos dessas medidas não foram triviais, pois os empregadores passaram a representar, para a população desinformada, como preocupados com a questão da apartação social do deficiente/da deficiência, como altruístas, como capazes de gestos caritativos, benevolentes e assistencialistas para com essa parte da população, acirrando, desse modo, o processo de exclusão, por trás de uma falaciosa tentativa de “inclusão”¹⁶.

No inciso 2, do Artigo I, vemos que a reabilitação profissional, assegurada pelo Decreto, até consegue garantir a obtenção e a conservação de um emprego, mas a progressão profissional ninguém pode garantir, uma vez que ela implica investimentos que nenhuma empresa comercial pensou em fazer, além disso, é necessário também que o deficiente seja competitivo – a condição capitalista para a ascensão profissional – o que é interdito ao deficiente em razão de sua falta constitutiva e da falta de crença do (O)utro em suas possibilidades. Dessa maneira, a reabilitação profissional, em todos os níveis, jamais se dará, e, portanto, não haverá a prometida integração ou reintegração na sociedade.

Orlandi (2014, p. 32) nos dá a medida desse funcionamento quando discute os modos de esquecimento/apagamento que o Estado exerce sobre os direitos dos cidadãos, principalmente do deficiente, pois a “democracia” praticada pelo sistema capitalista apaga o sujeito para fazer sobressair o indivíduo, que tem ou não potencialidades para a produção e o consumo:

[...] o que se tem aí, esquecido, silenciado, é que vivemos no sistema capitalista, e a razão de que falamos, é a razão capitalista, razão esta sujeita a muitas formas de contradição. O que é liberdade para este

¹⁶ Na cidade de Cáceres-MT, é comum vermos, nos supermercados, deficientes arrumando prateleiras, carregando mercadorias, empacotando, fazendo limpeza, mas quase nunca assumindo uma função mais relevante, que implique, portanto, em maiores ganhos, em ascensão profissional – trata-se, pois, de funções menores, desprestigiadas, mas que garantem o cumprimento da Lei e os descontos tributários, assegurados aos empregadores.

sistema? O que é democracia? O que são direitos individuais para o sistema capitalista? No capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor potencial. Não vivemos o mundo pensado pelo Iluminismo e tampouco suas ideias permanecem como então. São outras as condições de existência, é outra a ideologia, é outra a representação do sistema de ideias que aí funcionam, o imaginário.

Assim, é a própria autora que nos diz como, nesse sistema de governo, se constituem as minorias:

[...] nestas condições [...] devemos compreender o que são as minorias. [...] devemos abandonar a oposição básica que tem sido referida entre quantidade/qualidade porque esta oposição (e a superação dela) já faz parte dos efeitos de sentidos que constituem o imaginário da própria noção de minoria (*idem, ibidem*).

Nos modos de produção capitalista, a deficiência/o deficiente fica alijada da produção e, portanto, dos bens de consumo, pois o modelo econômico vigente enfatiza a individualidade e a competitividade, o que produz, como efeito, a apartação dos deficientes. Portanto, a sua ordem de pertencimento ao corpo da cidade, aos seus meios de produção, à linguagem ficam marcados por essas condições de produção, que os colocam na posição de minoria.

Dessa maneira, a questão da nomeação continua sendo um tema que gera debate, que gera litígio, embora esteja subsumido por força da Lei, pois a ONU entrevistou ditando para o mundo o modo “correto” de designar o sujeito deficiente, o que foi obedientemente acatado pelo Brasil, mesmo com a insatisfação dos maiores interessados – os deficientes –, pois, de acordo com Sassaki (2013, p. 07), os deficientes continuam debatendo o que consideram como o modo adequado de nomeá-lo:

Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, estão debatendo o nome pelo qual elas desejam ser chamadas. Mundialmente, já fecharam a questão: querem ser chamadas de “pessoas com deficiência” em todos os idiomas. [...] esse termo faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 13/12/06 [...]. [No Brasil foi] ratificado, com equivalência de emenda constitucional, através do Decreto Legislativo n. 186, de 9/7/08, do Congresso Nacional; [...] promulgado através do Decreto n. 6.949, de 25/8/09.

Como vemos, a decisão histórica de nomeação do deficiente/da deficiência continua excluindo do debate o maior interessado, o próprio deficiente, ao mesmo tempo em que produz, pela palavra, um movimento que parece incluir, mas que só diz ao deficiente o lugar social que lhe é reservado. Com Pêcheux (1990, p. 09), podemos afirmar, então, que o funcionamento que torna o processo de nomeação do deficiente/da deficiência uma contenda faz-se em função das relações tramadas entre a língua e a história:

[...] se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contra-revolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história.

Dito de outro modo, nomear o deficiente é um processo litigioso, pois as palavras se filiam a sentidos histórico-ideologicamente constituídos, portanto nomear é estabelecer relações entre a língua e a história, uma vez que dar nome é atribuir efeitos de sentido de constitutividade à pessoa ou coisa nomeada. Nomear, portanto, diz de um funcionamento ideológico que já coloca o sujeito dentro de uma dada ordem de pertencimento, embora seja “[...] insuportável para o sujeito do capitalismo [...] saber-se significado pela ideologia” (ORLANDI 2012, p. 46), pois, para a autora,

O sujeito se constitui e se significa por ser afetado (“o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”) pela língua e pelo mundo (relação do simbólico e da história: “a discursividade é a inscrição dos efeitos da língua, sujeita a falha, na história”). (*Idem, ibidem*).

Sasaki (2013), baseado na história e na ideologia de constituição da nomeação de deficientes, apresenta os objetivos que levaram os movimentos a instituírem a expressão “pessoas com deficiência”:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater eufemismos (que tentam diluir as diferenças), tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas com disfunção funcional”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (isto é, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”);
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).

É perceptível que, no processo de constituição de nomes para o deficiente/a deficiência, os objetivos traçados pela ONU são marcados por formas verbais infinitivas, quando não são iniciadas por um advérbio de negação – **não** – como em 1 e 2. Esse funcionamento, que é atravessado por mecanismos histórico-ideológicos, remete a um imaginário de algo/de alguém que, para ser nomeado como “pessoa”, precisa antes assegurar, por força de um acordo escrito, essa posição.

Assim, o deficiente/a deficiência, colocados na posição de um dizer que precisa constantemente ser referenciado, é marcado como “pessoa”, um ordinário do sentido que se coloca como algo evidente. Por outro lado, a explicitação de verbos no infinitivo nos chama a atenção para o duplo jogo de (não) operacionalização/(não) ação, do que compete ao Estado, sempre mascarado por uma ideologia falha e enfraquecida, mas que produz o efeito de preocupação, de bem fazer, de vida sustentável e digna ao deficiente, que, nessas condições histórico-ideológicas, parece funcionar como um sujeito-de-direito.

O dicionário Houaiss eletrônico¹⁷ traz as acepções para o verbete **combater**:

Combater

- 1 (t.d.,t.i.int.) [prep.: com, contra, por] pugnar em combate; sustentar luta; fazer guerra
- 2 (t.d. e t.i. sXIII) [prep.: contra] mostrar-se contrário a; opor-se
- 3 (t.d.) debelar ou vencer (doença); suprimir
- 4 (t.d.) fig. contestar em debate ou altercação
- 5 (pron.) baterem-se um contra o outro, pugnarem reciprocamente
- 6 (pron.) fig. estar em conflito; lutar consigo mesmo, debater-se
- 7 (pron.) fig. não se irmanar, não congeminar, descombinar.

Vejamos que, em todas as acepções, o sentido posto em funcionamento já qualifica o modo de enfrentamento, de luta, de combate social diário travado pelo deficiente, contra o preconceito de outrem e dele próprio. Assim, na própria “eleição” dos verbos pela ONU, os sentidos marcados, histórico-ideologicamente, para o deficiente/a deficiência já se anunciam, pois é necessário **combater/defender** para se **aceitar** e ser aceito, para se **mostrar** e ser visto, para se **valorizar** e ser valorizado e para se **identificar** e ser identificado.

Nesse entendimento, os sentidos que a memória atualiza nestes dizeres, a partir dos verbos empregados – **combater/defender/identificar** –, são ligados a significantes do campo bélico, empregados em estratégias de guerra ou de intervenção militar, o que nos permite compreender que a instituição da expressão “pessoas com deficiência” coloca-se ainda em um campo de batalha, em um lugar de litígio, em uma guerra longe de ser vencida, pois a adoção da expressão não significa, como vimos mostrando, que o deficiente passará a pertencer, por força, da palavra.

Observemos, então, que os verbos¹⁸ dão ao documento o funcionamento da história da deficiência/do deficiente, marcando, pelo infinitivo, as ações que competem ao Estado, à sociedade em geral e ao próprio deficiente para tentar reverter uma constitutividade no rechaço e na apartação. Mas, é possível se livrar daquilo que é constitutivo?

A “escolha” dos verbos faz funcionar um sentido do que é necessário fazer para mudar a vida do deficiente, contudo, faz funcionar também toda uma história passada, que não terminou de se processar e que insiste em se inscrever. Dessa maneira, os verbos carregam um futuro idealizado para o deficiente/a deficiência e, ao mesmo tempo,

¹⁷ Omitimos os exemplos ilustrativos, dados pelo dicionário. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra>. Acesso em 05 Jan. 2016.

¹⁸ Optamos por trazer apenas as acepções do verbo *combater* enquanto um funcionamento ilustrativo, pois sabemos, com a Análise de Discurso, que a língua não dá conta dos sentidos, uma vez que carrega consigo um *para sempre perdido*, que é da ordem do seu real.

carregam a contradição nefasta e insolúvel que a história e a ideologia lhe conformaram/conformam.

Contudo, segundo Mariani (1998, p. 25), “[...] nenhum processo de assujeitamento pode ser completo ou imutável até porque o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma (I) posição. Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) [...]” são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento. Embora, pelo processo de nomeação, os movimentos de resistência, de revolta e de revolução se marquem como funcionamentos que não produzem efeitos significativos no sentido de garantir a autonomia, a liberdade e a independência do sujeito-deficiente.

Pêcheux (1995, p. 301) fala magistralmente sobre os mecanismos de resistência, a partir do funcionamento das formações inconscientes:

o lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa 'de uma outra ordem', vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequei librio.

Vejamos, então, que, nos objetivos levantados, algo de imperioso se coloca, pois, menos que o processo de nomear, parece necessário que a cidade/a sociedade, o poder instituído e o próprio deficiente se organizem, através de leis e de atitudes, com a finalidade de estruturar e garantir os seus direitos e a sua dignidade.

Assim, apesar de a questão do deficiente/da deficiência ser atribuída, para além dele, a um terceiro – a cidade, a sociedade, o poder instituído –, esse envolvimento, que parece marcar uma ruptura com os sentidos estabilizados sobre ambos, só faz mascarar, sob a égide de uma ruptura, uma estabilização ainda mais eficaz dos efeitos já falados e cristalizados sócio-historicamente, uma vez que a atribuição da garantia de direitos e de dignidade ao deficiente é dirigida, é responsabilizada por um terceiro que não tem nome, que não tem endereço. Trata-se, pois, de palavras ao vento, de palavras que voam, pois o responsável não se coloca. Dessa maneira, o *isso* que resiste faz pulsar, nos rituais da fala, algo que não se pode ouvir, pois se trata de um significante que “[...] materializa a instância da morte [e é] [...] unidade por ser único, não sendo, por natureza, senão símbolo de uma ausência” (LACAN, 1998, p. 26, 27).

Orlandi (2012, p. 199) aborda esse funcionamento nas cidades, em um sentido mais político, como sendo algo que se define pelas noções de *ordem* e de *organização*:

Reservamos a noção de “ordem” para o real da cidade, com seus movimentos, sua forma histórica, seu real. Já a “organização”, que chamamos de organização urbana, está ligada ao imaginário projetado sobre a cidade, tanto pelos seus habitantes como pelos especialistas do espaço, como urbanistas administradores etc. que, assim, se relacionam com a cidade através desse imaginário organizando o espaço da cidade, planejando-o, calculando-o de maneira empírica ou abstrata de acordo com seus objetivos. Em geral, ignorando, silenciando as reais necessidades histórico-materiais do espaço enquanto instância real, própria à cidade que está sempre em movimento.

Conforme o que afirma a autora, parece, então, que as cidades têm feito, em certa medida, tentativas de *organizar* o espaço do deficiente/da deficiência, acatando ou tentando acatar o que prescrevem as leis, mas o que falha ou o que emperra é mais ligado à questão da *ordem* da cidade, do real da cidade, pois é a forma histórico-ideológica de considerar o deficiente/a deficiência que fura, que quebra, que estilhaça a lei. A Lei funciona, dessa maneira, como um simulacro de inclusão, que as organizações da/na cidade só fazem repetir.

Esses funcionamentos se instalam, enquanto efeito, pelo que dizem da ordem própria da cidade, do seu real sobre a deficiência/o deficiente, que Pêcheux (1990, p. 08) afirma como sendo uma decorrência da eficácia da ideologia, que se institui como as origens e os fins últimos, o alhures realizado, o além, o invisível, que faz funcionar toda a ordem do discurso:

através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível.

A fase atual da deficiência, a da inclusão, marca-se por uma série de leis e de regulamentos que visam assegurar direitos aos deficientes. Esse movimento não é trivial, pois o que se coloca é uma tentativa de organizar a questão, por força da lei, no entanto, esse fato não abala e não altera a ordem do discurso.

De todo modo, o movimento inicia-se principalmente após a promulgação da Declaração da Assembleia Geral da ONU, de 1975, que passou a assegurar aos deficientes uma série de direitos¹⁹. Esse movimento, até os dias atuais, produz efeitos sobre os modos de constituição do sujeito-deficiente, de maneira que, dado o sistema capitalista que nos determina pelos ditames e funcionamentos do mercado, as palavras de ordem atuais para a deficiência/o deficiente são *inclusão*, *autonomia*, *acessibilidade*.

No entanto, é preciso que nos perguntemos sobre o que está implicado nessa discursividade do processo de inclusão, de autonomia e de acessibilidade. Se analisarmos a posição do Estado para com o deficiente/a deficiência, vemos que ele tomou/toma um caminho que pensa esses termos de produtividade, essencialmente, pois, em uma sociedade capitalista, o sujeito só se integra, tem acesso e é autônomo se for produtivo.

Sendo assim, legislações e regulamentos foram criados pensando as relações especiais das condições de trabalho do sujeito-deficiente, visando, para além da necessidade pessoal de inclusão do deficiente, colocá-lo no mercado de trabalho. Desse modo, o Estado assegurou às empresas e ao comércio em geral benefícios para aqueles que adotem sujeitos deficientes nos seus quadros de trabalho.

As discursividades sobre a inclusão, a autonomia e a acessibilidade começam, então, marcadas por uma ordem do mercado: é menos oneroso para o Estado “beneficiar”

¹⁹ A Declaração da Assembleia Geral da ONU apresenta um funcionamento paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que assegura direitos aos deficientes, conceitua-os pelos sentidos de incapacidade.

as empresas e o comércio em geral, com descontos nos tributos, desde que empreguem deficientes, do que assumir a tutela desses sujeitos. Ademais, as proposições de inclusão, autonomia e acessibilidade ao sujeito deficiente demanda do Estado toda uma adaptação da ambiência de trabalho e de locomoção, principalmente do deficiente físico, que tem custos bem elevados.

A inoperância do Estado em prover os espaços de circulação e de acesso, e das empresas em prover o comércio de condições de trabalho, levou, rapidamente, a resultados, muitas vezes, insatisfatórios, o que promoveu, como efeito, uma inobservância da Lei. Dito de outro modo, o Estado criou leis que passaram a garantir o emprego aos deficientes, mas não deu as condições estruturais de acessibilidade – rampas, transportes, banheiros adaptados, calçadas circuláveis, elevadores, estacionamentos etc. – de modo a impedir o funcionamento da própria lei por ele criada.

Dessa maneira, as políticas governamentais de acessibilidade, implantadas para garantir a inclusão do sujeito deficiente, acabaram instituindo sentidos que, constituídos por funcionamentos histórico-ideológicos do deficiente/da deficiência, fizeram/fazem funcionar, em maior ou menor grau, uma memória que faz ecoar a história de rejeição, de abandono e de assistencialismo reservado ao deficiente/à deficiência.

Mais uma vez, é Pêcheux (1990, p. 12) quem nos fala sobre esses modos de assujeitamento à ordem vigente:

Este duplo caráter dos processos ideológicos (caráter regional e o caráter de classe) permite compreender como as formações ideológicas e discursivas nas quais eles se inscrevem se referem necessariamente a “objetos” (como a Liberdade, a Ordem, a Igualdade, a Justiça, a Ciência, o Poder, etc.) que *são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas* em relação a si mesmos, quer dizer, cuja unidade é submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em *um* mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*.

Desse modo, os impasses da questão da necessidade de acessibilidade, da seguridade de condições de trabalho, que garantem autonomia e, conseqüentemente, a inclusão, acabaram por sofrer os efeitos de uma legislação receptiva às questões do deficiente/da deficiência, que, no entanto, dadas as condições de produção da aplicabilidade dessas leis, não se verificam, de fato, na realidade.

De toda maneira, foi necessária toda uma condição/adaptação dos meios para que o deficiente se colocasse/se coloque de forma produtiva e eficaz no mercado de trabalho, o que acabou marcando a questão mais como uma imposição do jurídico, que não produziu, nem de longe, os efeitos de combate à condição de segregação constitutiva do sujeito deficiente.

Referências

BEYER, H.O. Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. **Ensaio Pedagógicos**, Brasília, DF, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>. Acesso em 22 out. 2017.

CARVALHO-FREITAS, M.N. A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras: um estudo sobre relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. Tese. Doutorado em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, BH, 2007. Disponível em www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/tese_maria_nivalda.pdf. Acesso em 20 out. 2017.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

LACAN, J. **Escritos**. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Trad. Bras. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elfos; Porto: Publicações Escorpião, 1989.

MALUF-SOUZA, O. **Vozes urbanas**: gestos de pertencimento nos espaços simbólicos da cidade. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 2004.

MARIANI, Bethania S.C. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, E.P. (Org). **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG, 2014.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2ª. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a Lingüística fora do Logicismo e do Sociologismo?, **Escritos** [Discurso e Política], n. 3, LABEURB, Nudecri, 05-16, 1998.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Bras. 2ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Trad. Bras., Campinas, 19, 07-24, jul.- dez. 1990.

SASSAKI, R.K. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano I, n. 1, p.8-11, 1º sem. 2003.

_____. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7ª. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, P.A. da. **Legislação e acessibilidade:** sentidos que (des)dizem do deficiente/da deficiência nas ruas da cidade de Cáceres-MT. Cáceres: PPGL-Unemat, 2015.

SOUZA, A.G. de. A inserção de alunos com deficiência em escolas regulares: processos de inclusão/exclusão. Trabalho de Conclusão de Curso. Unemat, Cáceres, 2014.

SOUZA, M.R. de; KAMIMURA, A.L.M. Pessoas com deficiência e mercado de trabalho. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100024&script=sci_arttext. Acesso em 20 out. 2017.

Artigo recebido em: junho de 2017.

Aprovado e revisado em: outubro de 2017.

Publicado em: novembro de 2017.

Para citar este texto:

MALUF-SOUZA, Olimpia, SILVA, Patrícia Aparecida da, SILVEIRA, Wellington Marques da. Nas sendas do discurso: sentidos postos pela nomeação do deficiente/da deficiência. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, *on-line*, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 15, p. 151-168, jul. - dez. 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol15pagina151a168>